



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

**FAVELA E SUAS ADVERSIDADES AO ACESSO E PERMANÊNCIA
NO SISTEMA ESCOLAR**

LÍVIA GRAZIELLY MESQUITA MATOS

Brasília – DF

2025

LÍVIA GRAZIELLY MESQUITA MATOS

**FAVELA E SUAS ADVERSIDADES AO ACESSO E PERMANÊNCIA
AO SISTEMA ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Laís Vieira Pinelli

Brasília – DF

2025

LÍVIA GRAZIELLY MESQUITA MATOS

**FAVELA E SUAS ADVERSIDADES AO ACESSO E PERMANÊNCIA
AO SISTEMA ESCOLAR**

Banca examinadora:

Profa. Dra. Laís Vieira Pinelli
Universidade de Brasília
(Orientadora)

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas
Universidade de Brasília
(Membra Interna)

Dr. Lúcio Willian Mota Siqueira
Programa de Pós-Graduação em Política Social
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me fortalecer e dar vigor a cada dia para enfrentar o desânimo e a ansiedade durante todo o período do curso e principalmente em escrever esse trabalho, onde superei muitas inseguranças.

Agradeço imensamente também minha orientadora Dra. Laís Vieira Pinelli que me ajudou a reconstruir todo o pensamento do trabalho, com toda a paciência, motivação e compreensão, me guiando a cada encontro com os autores e com a estrutura da pesquisa.

Agradeço a banca composta pela Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas e pelo Dr. Lúcio Willian Mota Siqueira que se disponibilizaram a avaliar o meu trabalho, contribuindo com seus conhecimentos e olhar profissional.

E por fim, a todo o corpo docente que se dedica em realizar seu trabalho com veemência para que os alunos possam ter um ensino de qualidade e se formem com aptidão.

*Hoje eu só vim agradecer por tudo que Deus me fez.
Quem me conhece sabe o que vivi e o que passei. O
tanto que ralei para chegar até aqui.
E cheguei, cheguei!*

LISTA DE SIGLAS:

ARIS – Área de Regularização de Interesse Social
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
EC CÓRREGO DAS CORUJAS – Escola Classe Córrego das Corujas
EC 66 – Escola Classe 66
EC JK – Escola Classe Juscelino Kubitschek
ECPN – Escola Classe P Norte
CEF 32 – Centro Educacional Fundamental 32
CEF 28 – Centro Educacional Fundamental 28
CEPI JANDAIA – Centro de Educação da Primeira Infância Jandaia
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
IPE-DF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
PBF – Programa Bolsa Família
PMDf – Polícia Militar do Distrito Federal
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PPP – Projeto Político Pedagógico
REP – Relação Educação e Pobreza
OE – Orientação Educacional
UBS – Unidade Básica de Saúde

RESUMO

Esta monografia intitulada: “Favela e suas Adversidades para o Acesso e Permanência ao Sistema Escolar” tem como objetivo central da pesquisa investigar a relação entre a Educação e a Pobreza no Sol Nascente, que é uma periferia localizada dentro do Distrito Federal na Região Administrativa de Ceilândia, e como ela é tratada nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas EC 66, CEF 28, CEF 32 e a Escola Classe P Norte. Esse objetivo se estruturou a partir da problemática de pesquisa que revela as complicações que a população do Sol Nascente enfrenta cotidianamente afetando o acesso, a permanência e o rendimento escolar dos estudantes. A partir disso, averiguou-se como objetivo específicos o posicionamento das escolas em seus Projetos Políticos Pedagógicos para o enfrentamento dessas contingências. Para isso, foi necessário compreender e analisar os estudos da REP para entender as contraposições da educação frente a pobreza, considerando a lógica capitalista e a “questão social” que afeta no acesso e permanência dos alunos. O tema do Serviço Social, as atribuições e competências da profissão na Educação Básica também foi exposto no TCC para validar a sua importância dentro das instituições escolares. A metodologia que orientou esse estudo, baseou-se na revisão bibliográfica de Yannoulas (2013), Santos (2012) e Mike Davis (2006), que traz elementos sobre a relação entre Educação, Pobreza e Favela; recuperou-se também dados quantitativos e descritivos sobre a realidade do Sol Nascente e realizou-se uma análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) com auxílio de um roteiro de análise de conteúdo.

Palavras-Chave: Educação; Pobreza; Questão Social; Projeto Político Pedagógico; Serviço Social.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
1. CAPÍTULO: O debate sobre a relação entre pobreza e educação	13
1.1 Favela, Políticas de Assistência Social e Educação	16
2. CAPÍTULO - Sol Nascente e as adversidades da comunidade fazendinha ao acesso escolar	21
3. CAPÍTULO - Uma Análise do Programa Político Pedagógico no Enfrentamento da Pobreza.....	30
3.1 Uma comparativa do Programa Político Pedagógico com a Contribuição do Serviço Social na Educação.....	36
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A - Quadro Comparativo Dos PPPs.....	45
APÊNDICE B - Roteiro De Análise Dos PPPs	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar a Relação entre Educação e Pobreza (REP) e apresentar dados atuais das contrariedades que essa relação expõe, situando a favela do Setor Habitacional Sol Nascente, no que decorre as dificuldades que a população dessa área enfrenta cotidianamente para que seus filhos tenham acesso e permanência nas escolas de educação básica.

O Sol Nascente e Pôr do Sol era ocupado basicamente por chácaras e nascentes de água; no decorrer dos anos o local tem apresentado crescimento acelerado e possui população jovem em sua maioria - 30% são crianças, dentre elas mais de 6 mil crianças menores de 6 anos estão fora da escola e apenas 4,8% são idosos. Atualmente a grande ocupação com cerca de 80 mil habitantes, se desenvolveu as construções de moradias, assim como quadras e divisão de trechos (Trecho I, Trecho II, e Trecho III) para que houvesse organização territorial. De acordo com os dados atuais da Companhia de Planejamento do Distrito Federal, (CODEPLAN¹), 79,94% dos domicílios são próprios em terrenos não regularizados e 15,22% são alugados, 48% da população mora há pelo menos 15 anos, apenas 2,95% da população têm ensino superior completo e 45% não acessam a internet.

Um dos problemas mais evidentes que os moradores desta área enfrenta é a carência de infraestrutura, que consequentemente afeta o meio ambiente e as condições de vida dos moradores, como a própria saúde em decorrência de redes de esgotos abertos, lixos, poças de água parada, além das dificuldades em se locomover para outros lugares, como por exemplo as escolas de longas distâncias, por conta das terras lisas e pela dificuldade do acesso aos pontos de ônibus.

A motivação para tratar do tema deste trabalho ocorreu a partir do Estágio supervisionado através da Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (ABRADESA), empresa privada que prestava serviços à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), estando cursando Serviço Social na Universidade de Brasília no ano de 2024. Nós realizávamos ações sociais nos 3 trechos do Sol Nascente, promovendo atividades profissionais, acesso

¹ A CODEPLAN, atualmente, se chama IPE-DF, iremos manter a antiga nomenclatura para melhor compreensão.

a vários atendimentos da saúde, como vacinas e consultas, direcionamento aos programas assistenciais, entre outras ações focado nas áreas mais vulneráveis.

No campo de estágio atuávamos cotidianamente com ações sociais nas áreas do Trecho I, Trecho II, e Trecho III do Sol Nascente, nos locais considerados frágeis por acomodar uma população de baixa renda, sendo a maioria beneficiários dos auxílios governamentais e que migraram para essas áreas por conta de invasão territorial, no qual a CODHAB auxilia essas pessoas para novas moradias ou terrenos e promovem ações sociais que possam ampará-los durante o período de habitação.

Na comunidade da Fazendinha que se localiza no trecho III com mais de 12 anos de existência, é uma das áreas onde atuávamos regularmente, assim pude observar que a população vive em uma realidade precária que necessita da atenção das políticas governamentais por retratar carência de infraestrutura e locomoção para chegar ao posto de saúde e escolas mais próximas que apresenta distâncias de até quatro quilômetros.

As dificuldades do acesso escolar é também uma das problemáticas presentes na Fazendinha, onde essa dificuldade perpassa pela falta de mobilidade urbana, pela distância que as famílias percorrem para chegar aos pontos de ônibus e as escolas e consequentemente, a ausência de infraestrutura deixa em vulnerabilidade a vida dos moradores por conta da exposição dos esgotos que contrai doenças infecciosas e pelos riscos de acidentes com automóveis em estradas que contém relevos.

Sendo assim, como ponto de partida a seguinte **pergunta** foi realizada “As escolas do Sol Nascente consideram a relação entre pobreza e educação em seus Projetos Políticos Pedagógico?”.

A fim de responder essa pergunta, **o objetivo central** da pesquisa é descrever a relação entre a Educação e a Pobreza no Sol Nascente e como ela é tratada no Projeto Político Pedagógico das escolas EC 66, CEF 28, CEF 32 e a Escola Classe P Norte. São escolas localizadas em áreas consideradas vulneráveis e desta forma um dos objetivos específicos dessa pesquisa pontuar se consideram ou não a realidade em que vivem seus alunos para que haja intervenção em suas práticas pedagógicas, e se consideradas, quais são os projetos e ações interventivas criadas para que haja mudança nessa realidade.

Sendo assim, foi necessário analisar estudos que já trabalharam o tema da REP e considerar conforme o contexto de favela para dar sentido no quadro do Sol

Nascente, buscando elementos recentes para retratar as formas em que a relação entre educação e pobreza se manifesta nesta área, apontando dados que identificam o acesso e a permanência dos alunos da educação básica e de que forma esses dados se relacionam com a pobreza de acordo com a literatura especializada e por fim, pontuar o posicionamento da construção dos projetos políticos pedagógicos em relação a REP.

Em síntese:

Objetivo Central

- Identificar como a relação entre a educação e pobreza se manifesta nas escolas do fundamental do Sol Nascente e se os Projetos Políticos Pedagógicos dessa escola consideram a pobreza nas elaborações do PPPs.

Objetivos Específicos

- Realizar revisão bibliográfica breve sobre a discussão entre educação e pobreza;
- Analisar dados disponibilizados sobre o perfil socioeconômico das escolas do Sol Nascente, e o acesso e a permanência dos alunos.
- Identificar se as escolas consideram esses elementos na elaboração dos seus projetos políticos pedagógicos

Este tema é significativo para as pesquisas de dados sobre a REP que é uma temática multideterminada, com diferentes análises críticas que contribuem nos debates para as futuras construções de ações e projetos interventivos. Além disso, fomenta o pensamento e análise crítica da REP no Sol Nascente e demonstra a importância da Lei 13.935 de 2019 que dispõe da prestação de serviços da Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica em um trabalho multiprofissional.

Quanto a estrutura, o primeiro capítulo se centra em destacar obras que baseiam os conceitos da relação entre Educação e Pobreza, desde seu significado que traz várias perspectivas de diferentes autores, até a análise de seu resultado nas favelas, relacionando a realidade das favelas em decorrência da pobreza e seu impacto na educação.

No segundo capítulo, foi abordado o contexto social do Sol Nascente, descrevendo a sua característica populacional e dados sobre os estudantes dessa área, destacando também a realidade social da comunidade da Fazendinha, a fim de retratar os segmentos em que a pobreza afeta a população mais vulnerável, privada de recursos básicos, e como isso impacta direto na educação. Foram apresentados dados quantitativos recentes baseados em relatórios técnicos, principalmente da Codeplan, com recorte temporal de 2020-2024 para demonstrar a situação de frequência regular dos estudantes nas escolas, bem como as motivações que dificultam o ingresso e a permanência nas unidades escolares.

Por fim, no terceiro capítulo foi analisado os Projeto Político Pedagógico de quatro escolas, descrevendo os pontos principais que revelam se há ou não uma construção de um projeto que considera a REP, contrapondo com elementos já citados nos capítulos anteriores, além de acentuar a importância do Serviço Social na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos.

1. CAPÍTULO: O DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EDUCAÇÃO

A problemática sobre a relação de “Educação e Pobreza” é multideterminada, dado a esse fato, a perspectiva utilizada neste trabalho se centra em estudos produzidos sobre a questão da pobreza e seu encadeamento em relação ao acesso à educação, caracterizando a sua reprodução no crescimento da favelização e suas problemáticas ao acesso e permanência ao sistema escolar.

O conceito de pobreza tem atraído interesse intelectual e político crescentes desde a Revolução Industrial, na medida em que os governos e as classes dominantes assumiram, mesmo relutantemente, a definição das necessidades humanas para determinar suas políticas sociais (Yannoulas, 2013 *apud* Townsend, 1996, p. 43). O acesso à educação, marcado pela elitização e privatização até então, surge como uma nova corrente de um sistema educacional universal em direção à população pobre.

A autora Yannoulas (2013) em livro “Política Educacional e Pobreza - Múltiplas Abordagens para uma Relação Multideterminada”, destaca variadas correntes de estudos sobre a Relação Educação e Pobreza (REP). Dentre os estudos analisados, a corrente interpretativa histórico-crítica da década de 1980, reflete sobre as possibilidades de se perceber os determinantes sociais da educação e, ao mesmo tempo, refletir o papel da educação como um instrumento capaz ou não de superar o problema da marginalidade². Esta corrente apresenta dois modelos pedagógicos que promove a prática social e educativa emancipadora:

no caso do otimismo pedagógico, a escola é apresentada como antídoto aos males sociais (violência, desemprego, trabalho infantil, doenças, marginalidade etc.), e a escolaridade como estratégia para a mobilidade social (individual) ou para o desenvolvimento (dos países). No caso do pessimismo pedagógico, o sistema escolar é analisado como estratégia para a manutenção da ordem social constituída, ou apenas como porta de entrada dos programas de transferência de renda, sem se constituir em elemento transformador (Yannoulas, 2012, p.38).

Angelucci et al. (2004) em suas análises nas produções paulistas, obtém a perspectiva da REP na perspectiva do fracasso escolar, destacou-se quatro possíveis problemáticas para este fracasso em uma análise psicopedagógica. A primeira se remete ao fracasso como um problema psicológico (decorrente de problemas emocionais, produto de uma inibição intelectual causada por dificuldades adquiridas em relações familiares patologizantes); o segundo caso se entende que o fracasso escolar é um problema técnico e as professoras são culpabilizadas pelo fracasso escolar dos alunos; a terceira vertente atribui o fracasso escolar à ordem institucional (por compreender que o fracasso está inserido nas condições objetivas da escola, os pesquisadores problematizam a própria vida escolar, observando como a escola age de maneira seletiva e excludente); e a quarta vertente visualiza o fracasso como questão política que está direcionado as relações de poder no interior da escola, especialmente na violência simbólica estrutural que desvaloriza a cultura popular. (apud Yannoulas, 2013, p. 38)

² Neste contexto citado é referente a marginalidade social que descreve uma situação de exclusão social, econômica, cultural e política.

Yannoulas (2013) também destaca quatro teorias que ajudam a compreender o lugar da educação em relação à pobreza. Primeira é a teoria do capital humano, considerada uma das principais a embasar a REP destacando que a educação gera mais produtividade e, como consequência, mais renda e desenvolvimento. No caso da teoria da escolha racional, a pobreza é visualizada como uma situação individual, onde o Estado não deve tratar das carências individuais, apenas garantir que existam oportunidades de financiamento educacional. A teoria social-democrata é uma derivação da teoria do capital humano, pois também supõe que com educação é possível sair da condição de pobreza, mas com ênfase na obrigação do Estado oferecer educação pública para todos e dever da ação cidadã controlar sua eficiência e a igualdade de oportunidades. Finalmente, a teoria marxista entende a educação como uma atividade destinada à manutenção da ordem capitalista e da estrutura social de classes; sendo assim, a pobreza acabará somente quando acabar a ordem que a sustenta. (Yannoulas, 2013)

Recorrentes ao tratamento que os autores deram a REP, Yannoulas (2013) identifica 12 maneiras, sendo 4 delas reagrupadas em abordagens tratadas nas produções científicas: escolaridade *versus* pobreza ou as limitações e condicionantes que a pobreza impõe a escolaridade; escolaridade como estratégia das mudanças na estrutura social ou educação formal como antídoto para as desigualdades sociais (Yannoulas, 2013).

Desta forma, destacamos neste trabalho as limitações e condicionantes que a pobreza impõe à escolaridade em relação ao ingresso e permanência das escolas públicas nas favelas, salientando de forma objetiva sua complexidade com o capitalismo.

A questão da pobreza se manifesta explicitamente no processo das lutas sociais, nos interesses capitalistas e das desigualdades sociais no sistema contraditório regido pelo capitalismo em que estamos inseridos. Em umas das perspectivas sobre REP identificada por Yannoulas (2013) o termo pobreza pode ser substituído pelo da exclusão para poder caracterizar o modo de organização social na qual a distribuição desigual da riqueza, da renda e dos direitos é constitutiva e distintiva, já que a definição de “exclusão” remete não apenas a aspectos objetivos, mas também subjetivos (Yannoulas, 2013).

Os aspectos objetivos da pobreza estão ligados a inexistência de recursos essenciais e falha da inserção e acesso aos direitos básicos para a sobrevivência e vivência de uma população, como falta de água, alimentação, saneamento básico, infraestrutura adequada, emprego e moradia. Já o aspecto subjetivo incita sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidades, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade (Lavinias, 2002, p. 37). Ou seja, manifestação da pobreza fere não somente os direitos básicos dos cidadãos, como também dificulta o processo da formação intelectual e social dos indivíduos que crescem e vivem neste contexto disfuncional.

No que se refere ao debate centrado no Serviço Social, para Santos (2012), com base em sua obra “Questão Social - Particularidades no Brasil”, a existência da pobreza é tomada como expressão máxima da “questão social”³ e somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos que na sociedade capitalista remete, do modo central, à questão do desemprego (Santos, 2012, p.134). Desta maneira a relação da pobreza e o desemprego são homogêneas e se mantém configurada estruturalmente nas reproduções do sistema capitalista.

Ao mesmo tempo que a “questão social” evidencia suas múltiplas expressões dentro da sociedade, ela estimula o posicionamento do Estado em promover mediações para que haja reparações no Bem-estar social, mas também sinaliza a insuficiência da intervenção estatal em fortalecer as redes de proteção social, nas áreas da saúde, educação e saneamento básico para que haja o enfrentamento da pobreza. Sendo assim, o aumento das demandas sociais impulsiona o surgimento das políticas sociais com caráter emergencial para a população que vive em situação de extrema vulnerabilidade em decorrência do desemprego, ou seja, na pobreza.

1.1 Favela, Políticas de Assistência Social e Educação

³ De acordo com Santos (2012, p.26), a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capitalismo, ou seja, resultado patente dos mecanismos de exploração do trabalho de capital no qual manifesta suas múltiplas expressões determinadas pela desigualdade.

Aspecto importante da Revolução Industrial do século XIX, precursor dos modos de produção capitalista, foi a urbanização, no qual a grande concentração de operários provocou a expansão nas cidades em locais inexplorados e de longas distâncias, gerando ao longo das próximas décadas, a concentração de grupos mais vulneráveis nas consideráveis favelas.

A concentração da produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem nas fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva à concentração da população operária que, residindo nos seus arredores, vai incrementar o processo de urbanização. Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome e baixos salários. (Santos, 2012, p. 37).

Compreende-se assim que com as mudanças históricas no interior do capitalismo, mediante a luta de classes, a mesma conjectura dessa estrutura e seus desmantelos são patentes nos dias atuais, causando segregação socioespacial e social. Convergente a perspectiva de Santos (2012) o autor Davis (2006) destaca que “os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, à própria segurança” (Davis, 2006, p. 39), ou seja, o capitalismo por ser um sistema concentrado na produção e no lucro, não foca de forma precisa na garantia dos direitos dos trabalhadores.

As regiões consideradas pauperizadas e favelizadas são habitadas pela população mais pobre, sejam elas trabalhadoras ou que vivem em extrema escassez, pois mesmo trabalhando (formal ou informalmente) os mesmos não estão isentos dos processos de pauperização. Esses dois conceitos apesar das diferenças, estão interligados na sua absorção dentro da sociedade, no qual a “pauperização” se define no processo de empobrecimento de uma população e a “favela” consiste no excesso de população em habitações dilapidadas e pobreza, como citado no livro “A generalização das favelas” de Mike Davis (2006). Sendo assim, em uma localidade considerada favelizada, haverá dentro de sua composição a manifestação da pauperização apontada nos indicadores sociais como o acesso a saneamento básico, habitação, educação, saúde, transporte, lazer, assistência, segurança e assim por diante. Essa população é majoritariamente usuária de políticas da assistência social.

A precariedade de serviços coletivos e falta de investimentos públicos em infraestruturas nos territórios, são expressões dos enfrentamentos da questão habitacional em decorrência da pobreza concentrada nas localidades com massa populacional e comunidades carentes, no qual provocam a desproteção social.

Neste contexto, o sistema educacional se depara com graus de dificuldades ao acesso escolar tanto para ser inserido quanto para permanecer, em razão de que a situação econômica define o local e o tipo de moradia, como já situado a problemática da favelização que expressa claramente a marginalização.

Um dos principais transtornos que a comunidade enfrenta além da falta de infraestrutura, é a distância percorrida de casa a escola, onde muitas das vezes as unidades escolares estão localizadas em outras áreas administrativas ou se encontram em determinadas áreas que dentre os dois casos, necessita de transporte público

Uma das vertentes analíticas identificadas por Yannoulas (2013) sintetiza que a relação entre a educação e pobreza configura-se como mediação entre as políticas de assistência social e educação, espaço no qual as concepções de pobreza e cidadania definem padrões mínimos de direitos ao acesso à educação no âmbito de um espectro de necessidades que demandam provimento. Ou seja, a política de educação assume uma posição de gestão da pobreza, perdendo em parte o seu caráter educativo que possa promover a ascensão de uma sociedade pauperizada e cidadania crítica, realizando múltiplas maneiras de atenção às necessidades da população mais pobre, como alimentação, saúde, renda entre outras.

A interface entre a política de assistência social e a educacional ocorre com os programas de transferência de renda ou a prestação de bens de consumo, ambos focalizados nos segmentos mais pobres da população. Para que essa provisão ocorra, é preciso que esse grupo esteja inserido no espaço escolar, o que é uma das contrapartidas exigidas por esses programas. (Yannoulas, 2013, p.44)

O Programa Bolsa Família (PBF, 2003), por exemplo, foi desenvolvido a partir do Programa Bolsa Escola (2001), programa de subsídio das famílias de baixa renda com o foco em diminuir as faixas de ausência e desistências escolar através dos auxílios que “manteriam” as famílias em situação estável sem a necessidade de os filhos trabalharem e abandonarem a escola. É importante destacar que as transferências monetárias não seriam suficientes para remover as famílias da situação

de pobreza, mesmo que constituam um importante mecanismo de alívio à pobreza para as famílias beneficiárias e possam ter efeitos significativos sobre a subnutrição infantil. Com base em (Yannoulas, 2013 *apud* Kerstenetzky, 2009 p. 48) conclui:

Efetivamente, as escolas e as práticas educacionais sofrem, nos tempos atuais, a constante pressão para se adaptarem às necessidades econômicas determinadas pelos setores dominantes, orientadas ao aumento constante da produtividade (e do consumo) (Yannoulas, 2013, p. 51)

Além da educação básica propiciar uma a integração social dos mais pobres, ela também possui uma função em colaboração ao sistema capitalista, em formar indivíduos aptos para o mercado de trabalho. Esse padrão incentiva os indivíduos a procurarem as escolas como “elevador social” para obter resistência às mudanças no processo de trabalho ou utilizar os estudos como “passaporte para o futuro” que o levará a inclusão social de forma mais pacífica, diminuindo assim, as disparidades sociais e contendo as possibilidades de conflito.

É importante destacar que a relação entre educação e pobreza também é marcada pela desigualdade de gênero e raça/etnia. Assim como a população pobre e favelizada possui o recorte de raça/etnia. Yannoulas (2013, p.41) destaca que os circuitos educacionais segmentados (níveis do sistema) e diversificados (tipos de estudo) com base na classe social e a raça/cor do alunado, combinadas com o estudo das trajetórias educacionais diferenciadas em função do gênero dos estudantes, parecem ser no primeiro caso, de frequentar instituições distintas ou atingir patamares de escolaridade diferentes em função da origem racial e de classe.

Em suma, a análise dá REP e questão habitacional exterioriza um ciclo permanente na sociedade, em específico, sociedade aquela caracterizada por trabalhadores, famílias beneficiárias de programas assistenciais e estudantes que se deparam todos os dias com o caos urbano descrito pelos problemas com a mobilidade, moradia, saneamento básico, acesso à água tratada, desigualdade na distribuição dos equipamentos públicos e violência.

2. CAPÍTULO - SOL NASCENTE E AS ADVERSIDADES DA COMUNIDADE FAZENDINHA AO ACESSO ESCOLAR

Adentrando na amostra do protótipo de favela, o Sol Nascente é o segundo maior aglomerado subnormal do Brasil em número de domicílios, superado apenas pela Rocinha do Rio de Janeiro de acordo com o Censo 2022 do IBGE. São 93.217 pessoas composta pela classe trabalhadora que se encontram em situação de vulnerabilidade social.⁴ Algumas áreas já foram regularizadas contendo asfalto, saneamento básico e terrenos liquidados, já outras áreas ainda se encontram nesse processo de regularização, como por exemplo, a área rural da Fazendinha localizada no trecho III com 12 anos de existência, apresentando carência de infraestrutura e saneamento básico. De acordo com a pesquisa do IBGE Censo 2022, “os moradores enfrentam dificuldades como posto de saúde sem médicos e falta de transporte público, obrigando as crianças a percorrerem distâncias de até quatro quilômetros a pé para irem à escola”.

O Sol Nascente⁵ era considerado parte da área administrativa Ceilândia ocupada por chácaras e nascentes de água, sua regularização como região administrativa é recente. Em 2019 foi transformada em cidade pelo Projeto de Lei nº 350/2019. A população é caracterizada por imigrantes, a maioria nordestinos que comportam suas origens vinda (20,7%) do Piauí; do Maranhão (18,1%); da Bahia (15,3%); de Goiás (9,5%); de Minas Gerais (8,4%); do Ceará (7,1%); da Paraíba (6%); e do Tocantins (3,2%). Em relação a raça/etnia no levantamento elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal ([IPEDF](#)) (2024) revelou-se que 53,9% dos moradores do Sol Nascente se declaram pardos, enquanto 30,3% se consideram brancos, e 14%, negros.

⁴ No estudo “Análise da Vulnerabilidade Social na Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr Do Sol Baseada em Dados do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal no Ano de 2018” de Silva, Rolim, e da Silva (2021, p.63) o entendimento de vulnerabilidade é como reflexo da ausência ou insuficiência de ativos que podem em grande medida ser providos pelo Estado, constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. Adotaremos esse termo no decorrer do TCC.

⁵ Pesquisa realizada no site Agência de Notícias IBGE Sol Nascente: Censo 2022 em uma das maiores favelas do país.

A figura 1 abaixo apresenta a concentração do aglomerado populacional do Sol Nascente e a expansão localizada a 37 quilômetros de distância do Palácio do Planalto. De acordo com Silva, Rolim e Silva (2021) as Regiões Administrativas que estão mais afastadas do centro administrativo de Brasília, a RA I - Plano Piloto, apresentaram maiores índices de vulnerabilidade social. A RA XXXII - Sol Nascente/Pôr do Sol apresentou o valor de 0,60 no Índice de Vulnerabilidade Social, ficando atrás apenas da RA XXV - SCIA/Estrutural, a qual apresentou o pior índice em todo o Distrito Federal 0,72 (Silva, Rolim e Silva, 2021, p. 66)



Figura 1 - Localização do aglomerado subnormal do sol nascente
Fonte: IBGE/2022

A região administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol é considerada uma Área de Regularização de Interesse Social (ARIS), de acordo com o Art. 126. da Lei Complementar nº 803 (BRASIL, 2009), de 25 de abril de 2009. ARIS são consideradas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que “nos termos do Estatuto da Cidade,

têm como objetivo a regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados predominantemente por população de baixa renda” (Brasília, 2009) e ainda consoante ao art. 127 da mesma lei, “as Áreas de Regularização de Interesse Social terão prioridade na regularização fundiária promovida pelo Poder Público” (Silva, Rolim e Silva. p.61).

De acordo com a Codeplan, a infraestrutura urbana existente nas proximidades dos domicílios verificou-se que a rua de acesso principal ao domicílio era asfaltada em 56,4% das unidades, 48,2% afirmaram ter calçada, das quais 93,5% tinham meio fio, sendo avaliadas como “boa”, segundo 56,2% dos respondentes. Para 93,4% dos entrevistados havia iluminação na rua principal de acesso ao domicílio, enquanto 38,1% responderam que havia drenagem da água da chuva “boca de lobo” (Codeplan, 2021, p. 69).

Esses dados demonstram que mesmo sendo uma área regularizada como cidade, seu desenvolvimento ainda é marcado pela carência na política de infraestrutura e que os serviços do Estado em prol da manutenção dessas áreas têm sido postergados.

Com base nos dados da CODEPLAN (2021), a educação da população do sol nascente apresenta frequência escolar de 57,2% que estudam em escola pública dos 20.543 mil entrevistados, assim como dos 11.847 mil integrantes que responderam, 33% afirmam que não estudam, mas já frequentaram. Esses dados são com base na identificação da população entre 4 a 24 anos de idade.

No recorte da frequência escolar por faixa de idade, identifica-se que as idades entre 6 e 14 anos (dos 11.385 mil que foram entrevistados), 94,5% responderam que frequentam a escola e entre 15 e 17 anos (4.655 mil estudantes) 82% também mantêm frequência regular na unidade.

É importante destacar que os dados levantados apresentam resultados pós pandemia mundial da COVID-19,⁶ afetando de maneira trágica a população, causando sequelas permanentes, no qual inclui o acesso ao ensino que se adaptou ao sistema de ensino remoto e isso afetou a formação dos estudantes.

⁶ A **covid-19** é uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave e infecciosa. Seu impacto na educação gerou consequências graves a longo prazo, como registra a pesquisa do Senado Federal, segundo os pais e responsáveis, houve escolas, principalmente as públicas, sem a infraestrutura e sistemas adequados e muitos relatam falta de organização por parte das instituições de ensino.

Dentre os que estudam na rede pública do ensino fundamental do Sol Nascente 68,7% são da modalidade presencial, diferença espantosa em relação ao ensino médio que apresenta 80,9% do ensino presencial. Os principais meios de locomoção de casa a escola que se destacaram foram a pé com 43,2% e ônibus com 42,7%. O tempo de deslocamento até a unidade de ensino apresentou 50,6% dos estudantes que gastam 15 minutos até a escola e 36,4% que duram de 15 minutos até 30 minutos para chegar. Dos 23.611 mil estudantes entrevistados residentes do Sol Nascente, 85,1% estudam na região administrativa de Ceilândia e apenas 5,6% estudam na própria região.

Os dados apresentados demonstram uma preocupação considerando as poucas unidades escolares do Sol Nascente que comporta apenas seis escolas (CEF 32, CEF 28, EC 66, EC P Norte, EC JK, EC Córrego das Corujas, CEPI Jandaia). Com exceção da escola CEPI Jandaia, todas as outras oferecem ensino fundamental no qual comporta alunos com idade de 6 a 14 anos, o que leva os estudantes do ensino médio se maticularem nas escolas de Ceilândia, que é consideravelmente longe de suas residências e sem transporte escolar disponibilizado.

Além disso, também evidencia as dificuldades que acarreta a evasão escolar⁷ como a longa distância entre a casa e a escola, a falta de infraestrutura, e a falta de escolas para atender os estudantes de forma mais inclusiva. Esses aspectos sociais têm desafiado os estudantes a permanecerem e concluírem seu ensino com êxito.

Pontuando na questão de raça/etnia, não foi possível obter dados de estudantes de escolas públicas do Sol Nascente por insuficiência de materiais. Mas no Brasil, de acordo com o Ministério da Educação, mais de 2,3 milhões de discentes sofrem em relação à infraestrutura escolar, por exemplo, 98,2% dos estudantes brancos em escolas convencionais têm acesso a água, energia e coleta de lixo e esgoto, sem infraestrutura mínima, 86% são pretos, pardos ou indígenas.

Comparando com os dados do [IPEDF\(2024\)](#) no qual demonstrou que a maior parte da população do Sol Nascente é composto por negros com 67,9%, a margem

⁷ A evasão escolar impacta diretamente na restrição ao direito fundamental à educação, limitando o pleno desenvolvimento humano, econômico e social e afetando o bem-estar populacional e ela acontece quando um indivíduo regularmente matriculado no início de ano letivo não se matricula no ano seguinte, independente da situação de conclusão do ano de matrícula, podendo ter sido aprovado, reprovado ou abandonado. (CODEPLAN, 2020, p. 9)

da pobreza presente nesse território é caracterizada pela desigualdade racial, no que afeta também a inclusão dos estudantes negros nas escolas e a qualidade do ensino no que se refere a aprendizagem do próprio aluno.

Apesar do governo instituir novas unidades escolares nas áreas vulneráveis do Sol Nascente para atender a população garantindo-os o direito e acesso à educação, a sua realidade de pobreza é um fator determinante nas dificuldades de alfabetização, formação e inclusão, pois pensar em acesso ao ensino tem que ser para além do acesso às unidades escolares, considerando todo o contexto social em que a população vive - como a sua situação de moradia, localização de onde mora, tipo de locomoção e se é ou não beneficiário dos programas governamentais.

A comunidade “fazendinha”⁸ é um exemplo próximo dessa realidade que enfrenta as dificuldades da falta de infraestrutura, saneamento básico e as longas distâncias para poderem levar as crianças e adolescentes até as unidades escolares, onde a escola fundamental mais próxima é a Escola Classe 66 e para os jovens e crianças que não se encontram na faixa etária do fundamental, estudam provavelmente em escolas mais distantes, como na região administrativa de Ceilândia.

Abaixo na figura 1 é possível visualizar o cenário atual da comunidade com as estradas sem pavimentação onde ocasiona em temporadas de chuvas, lamas que põe em risco os cidadãos e dificulta a locomoção e as casas ainda no madeirite precário.

⁸ “Nós lutamos aqui dentro da comunidade por direito de ônibus escolar, coleta de lixo e um postinho de saúde. São demandas muito grandes, queremos o direito à água, luz. Tantos problemas acabam desaguando em problemas de saúde que lotam o postinho de forma desnecessária, pois poderia ser resolvido antes, com prevenção” moradora da fazendinha, Suzy Rodrigues da Silva; relato do Jornal Brasil de Fato pelo jornalista Júlio Camargo (2024)



Figura 2 - Setor rural do aglomerado subnormal do Sol Nascente, Fazendinha, no Distrito Federal
Foto: Michella Reis/IBG

Este cenário demonstra a vulnerabilidade territorial e social em que a comunidade vive, onde a maioria das casas não possuem acabamentos ou estrutura adequada, as ruas são sem asfaltos, com relevos e esgoto em “céu aberto”, sem contar a longa distância às ruas niveladas e acesso aos pontos de ônibus. A população que vive nesta área também apresenta graus altos de extrema escassez, mesmo com algumas famílias sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família e outras empregadas, as pessoas da própria comunidade se ajuda doando comida e roupas para aqueles que não possuem condições de se manter.

As dificuldades que os estudantes superam diariamente também são reconhecidas pelos próprios pais, relatando que todo o percurso em direção a escola é a pé e que enfrentam cotidianamente a poeira em quase todo o caminho e com chuvas que impedem de irem para a escola. Em consequência disso, os pais lidam com agravos na saúde de seus filhos como doenças respiratórias, e esses fatos demonstram a urgência de provimento de moradias para atender à demanda habitacional da população e a inadequação de domicílios relacionada às especificidades dos domicílios que prejudicam a qualidade de vida dos moradores.

Em reportagem do Brasil de Fato - Distrito Federal, há o relato de uma moradora da Fazendinha que expõe as dificuldades que os estudantes passam diariamente: "Elas vão para a escola andando a pé, de qualquer jeito. Geralmente é

nessa poeira em quase todo o caminho. Várias crianças têm problemas de saúde, doenças respiratórias ou não ‘podem pegar muito sol. Quando chove, piora. Tudo vira lama e fica impossível. Todos os dias têm sido isso para levar os filhos ao colégio. Também não temos parada de ônibus aqui perto, para conseguir um ônibus tem que andar mais de um quilômetro” (Camargo, 2024).

Paim (2019) em sua dissertação sobre *Percursos Infantis no Sol Nascente* (DF): *Narrativas sobre o território*, destaca em um dos seus capítulos sobre pobreza infantil, que toda criança nasce com o mesmo inalienável direito a um começo de vida saudável, à educação e a uma infância segura e protegida, com base no relatório “Situação mundial da Infância 2016”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Não obstante, ao redor do mundo, milhões de crianças têm seus direitos negados e são privados daquilo que precisam para crescer saudáveis e fortes, devido a seu lugar de nascimento, a sua origem familiar, a sua raça, a sua etnia, a seu gênero ou por terem alguma deficiência. O relatório continua afirmando que desvantagens e discriminação contra suas comunidades e famílias ajudam a determinar se vivem ou se morrem, se terão a chance de estudar e, mais tarde, alcançar uma vida digna. (Paim, 2019, p.42)

Duarte em acordo com Laros e Andrade (2007) defende que as condições infraestruturais da educação vêm sendo consideradas como agentes no rendimento dos alunos: “no processo avaliativo também se deve considerar que o desempenho dos avaliados precisa ser contextualizado. Isto é relevante, uma vez que as desigualdades sociais têm implicações diretas sobre a educação” (Duarte, apud Yannoulas, 2013 p.70)

Ela relata que a responsabilização recorrente pelo fracasso da escola em territórios de vulnerabilidade vem recaindo muito mais sobre alunos/as e professores/as do que sobre as desigualdades gritantes e a precariedade recorrente das escolas públicas brasileiras (com exceção das escolas federais). Ou seja, é responsabilidade dos alunos frequentar e permanecer nas escolas independentemente de sua situação fora dela e é responsabilidade dos professores formar esses alunos.

A estratégia do Estado para intervir na falta de acesso e frequência escolar tem sucedido providências através de programas de transferência de renda. O PBF é um

dos exemplos que tem a população pobre como alvo, que exige a frequência escolar como um dos requisitos para que a família possa receber este auxílio.

A coleta de dados feita pelo Governo Federal, demonstra que dos 54,4 milhões de indivíduos beneficiados pelo PBF, 16,6 milhões têm entre zero e 11 anos. Outros 7,69 milhões são adolescentes entre 12 e 17 anos. As pessoas de cor preta ou parda representam 78,79% do público atendido, somando 39,63 milhões de pessoas. Considerando que para ser beneficiário deste programa um dos pré requisitos são as crianças e adolescentes estarem estudando com frequência regular na escola, os pais que tiverem filhos a partir de 4 anos precisam colocá-los na escola, para que possam receber o auxílio. Assim, as taxas de frequência e permanência escolar crescem fortalecendo a universalização do acesso escolar no Brasil.

Outro exemplo da ação do governo frente ao rendimento e frequência escolar é o novo Programa Pé de Meia (PPM) para os alunos do ensino médio que tenham a idade entre 14 e 24 anos. Os alunos receberão uma renda de até R\$ $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mas para ser beneficiário é preciso estar matriculado no ensino médio público, manter frequência escolar acima de 80%, ser pertencentes às famílias inscritas no Cadastro Único⁹ e beneficiárias do PBF.

Os efeitos de direcionar essas políticas às famílias com menos renda podem ser analisados em diversos campos sociais. Na educação, as revisões sistemáticas que tratam de evasão ou abandono escolar, anos de escolaridade e taxas de conclusão do ensino básico apontam para uma relação direta entre esses efeitos e os Programas de Transferência de Renda e, de forma mais presente, os de transferência condicionada de renda. (CODEPLAN 2020, p. 21)

Na pesquisa “Síntese de evidências: Evasão escolar no DF: Uma análise de alternativas possíveis” realizado pelo CODEPLAN (2020) compreende que as transferências de renda como um modo de intervenção na educação e como elemento importante para a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade. É destacado na pesquisa a semelhança entre os programas de transferência de renda: O repasse de recursos monetários em períodos regulares (mensais, bimensais etc); a definição da família como unidade para recebimento do recurso; a disponibilização do recurso

⁹ O Cadastro Único é sistema para os Programas Sociais utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional.

em nome da mulher responsável pela família; e a definição de critérios para o acesso que envolvem a presença de filhos e/ou gestantes e a constatação de que a família vive em condição de pobreza. Estes programas de transferência de renda têm efeitos positivos no aumento das taxas de matrícula e frequência escolar; aumento dos anos escolares e redução das taxas de evasão e abandono.

Porém, mesmo com os benefícios tendo efeitos positivos em sua finalidade dentro das escolas, as propostas e as iniciativas do governo federal com os programas de transferência de renda se centram em programas de educação compensatória, por possuir a condicionalidade da frequência escolar, na perspectiva de atender com condições materiais os supostos déficits que levam a criança e ao adolescente a abandonar e a não progredir na sua vida escolar.

Essas condicionalidades podem ser referentes a ofertas de passeios escolares, no que também faz parte da prática pedagógica em garantir o lazer dos estudantes, ou propostas de eventos escolares que chamem atenção dos alunos, mas também fortalece os vínculos da comunidade, sendo assim, por mais que haja certas ações pedagógicas que incentive os alunos a irem para a escola, acaba tendo efeitos positivos.

Por fim é possível concluir que os programas beneficiários não só se mostram insuficiente para intervir na realidade da pobreza, como também acaba sendo uma influência na motivação dos alunos estudarem, no que implica o baixo rendimento escolar e repetências, além disso, o cenário do sol nascente ainda sinaliza a necessidade das ações do governo voltadas para a proteção social, em que as redes da educação, saúde, segurança, assistência e mobilidade possam ser reformadas para que haja emancipação nos atendimentos e acessos da população.

3. CAPÍTULO - UMA ANÁLISE DO PROGRAMA POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) são documentos que definem a identidade, os objetivos e as diretrizes de uma instituição educacional. No Brasil, a elaboração do PPP é uma exigência da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996)**, que prevê a autonomia das escolas para definir suas propostas pedagógicas. As quatro escolas selecionadas para esse estudo consideraram em sua construção a realidade social, os efeitos da Pandemia de 2019, as emergências da falta de acesso ao ensino escolar primário e fundamental e a grande quantidade de crianças e adolescentes que estavam sem poder estudar. As escolas selecionadas para a análise foram a Escola Classe P Norte, Escola Classe 66 (a mais próxima da fazendinha), o CEF 32 e o CEF 28, cada uma localizada em áreas diferentes do Sol Nascente e que possuem diferentes níveis de dificuldades em seu contexto social.

Os PPP das quatro escolas retratam a pobreza em sua descrição utilizando o termo “Vulnerabilidade Social” para caracterizar o contexto social em que as famílias da comunidade vivem, como a empregabilidade, evasão escolar, situação familiar, e ambiente da trajetória até a escola, assim, todos esses aspectos sociais contribuem para a construção do PPP para que haja efeitos positivos no cumprimento da formação educacional de cada criança.

A Escola Classe do P Norte apresenta em seu diagnóstico social que a área em que a escola está instituída é considerada de alta vulnerabilidade social, apresentando índice de 0,6 e que carece de melhorias na cobertura da rede de esgoto e na coleta seletiva do lixo. A escola enfatiza a necessidade da atenção e ação governamental, no qual inclui os auxílios por meio de programas sociais específicos, com o propósito de atendimento às necessidades básicas dos indivíduos.

A escola também apresenta a falta da participação familiar na vida dos estudantes, por possuírem baixa escolarização que conseqüentemente, acaba dificultando a valorização da educação formal, de perspectivas de crescimento pessoal, profissional e financeiro de seus filhos.

No Centro Educacional Fundamental 32, o diagnóstico da realidade escolar retrata como principal caráter de vulnerabilidade daquela área: a menor frequência

escolar, renda e piores condições de esgotamento sanitário, coleta de lixo e infraestrutura urbana, além da ausência de serviços públicos essenciais na região, o que gera falta de saneamento, de atendimento médico e segurança.

A escola também enfrenta a inconstância dos familiares em permanecer naquele local, pois o fluxo migratório é intenso e as famílias mudam-se com muita frequência, assim interrompe o ritmo dos estudos das crianças e adolescentes matriculadas na CEF 32.

O CEF 28 é conhecido por ser uma escola que atende uma comunidade em condições de vulnerabilidade ambiental e social. Em sua análise da realidade escolar, levaram em consideração o contexto familiar dos estudantes que advêm de um contexto familiar frágil, que possuem características de permanecerem em circunstância de fragilidade, em situação de violência doméstica e severa dificuldade econômica. Além disso, é notado a dificuldade do acompanhamento dos pais na educação dos filhos pela necessidade de trabalhar e pelo grau de alfabetismo, pois muitos não terminaram os estudos.

No levantamento de dados realizado pelo Conselho de Classe do CEF 28, foi apresentado os principais déficits na educação dos alunos que se baseia: na defasagem idade-ano; no baixo rendimento (carência de conhecimentos prévios, desinteresse); na infrequência; no abandono; nos alunos em fase de alfabetização nos Anos Finais; nas necessidades de saberes para acompanhar o sugerido pelo Currículo; na falta de acompanhamento adequado por parte da família; na carência social, econômica e afetiva; no desinteresse da parte do estudante; no comportamento inadequado; na presença e influência de “ganges” e usuários de drogas lícitas e ilícitas no contexto escolar. (CEF 28, p.17)

Por fim a Escola Classe 66 destaca a vulnerabilidade social em sua descrição da realidade em que estão inseridos, pontuando a carência dos estudantes nos estudos, a maioria dos pais não têm tempo e muitos não mostram disposição para acompanhar a vida escolar dos seus filhos, outros alunos mostram-se desinteressados, em algum momento, por vários motivos, com problemas indisciplinares e traços de agressividade.

A escola também oferta quatro turmas do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que corresponde às fases de alfabetização e ensino fundamental 1 do ensino regular, e lida com vários empecilhos que atrapalham a frequência escolar

e o desempenho do estudante, sendo estes: o cuidado com os filhos ou netos, o tempo de deslocamento entre o trabalho e a escola, a falta de flexibilidade no horário de alguns empregos, as fortes chuvas, o medo da violência, a falta de transporte coletivo no horário do fim da aula, problemas de saúde como a baixa visão e a falta de permissão do cônjuge.

Ademais, o ambiente fora da escola também é apontado por não possuir quadras esportivas, nem campos de futebol ou outros espaços de lazer como praças públicas com brinquedos infantis, cinema, teatro e clubes.

As ações interventivas das escolas, no que se refere ao contexto familiar, buscam o fortalecimento de vínculos entre escola e família para que haja a participação e acompanhamento dos familiares na vida dos estudantes, como por exemplo a EC 28 que proporciona diálogos éticos e a corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes.

Já a EC 66 compreende a necessidade do envolvimento da Instituição no cotidiano da comunidade e promove ações que possibilita a formação para os pais dos estudantes sobre seus direitos e deveres através de palestras, para a construção de uma sociedade justa, igualitária que contribua para um mundo melhor na formação de cidadãos plenos, conscientes, críticos, além de contar com o apoio da Orientação Educacional e atendimentos com as equipes especializadas de Apoio à Aprendizagem e Atendimento Educacional Especializado para atender as famílias e os estudantes buscando solucionar questões referentes a comportamentos que possam comprometer seu rendimento escolar.

E pelas dificuldades enfrentadas durante e pós pandemia que houve a necessidade do ensino remoto através dos aparelhos eletrônicos, a escola e familiares se depararam com empecilhos na mediação do ensino e aprendizagem dos alunos, pelo fato de haver pais sem alfabetização e sem recursos monetários que pudessem suprir as demandas da educação remota, como internet, celular e computador; e a escola em auxiliar as famílias na organização de um plano de rotina que permitisse que o aluno tivesse o aprendizado adequado dentro de casa.

O CEF 32 adotou planejamentos específicos para o Mapeamento Institucional na busca ativa¹⁰ aos estudantes, fornecendo:

- Entrega de material e atividades impressas aos estudantes que não possuísem recursos tecnológicos, de forma quinzenal e com cronograma de entrega e devolução de acordo com cronograma pré-estabelecido;
- Entrega de Cestas Verdes disponibilizadas pela Regional de Ensino, para as famílias dos estudantes;
- Entrega de Cestas Básicas resultado de ação coletiva entre os professores para as famílias dos estudantes;
- Palestras de acolhimento e acompanhamento das famílias com demandas pertinentes a assuntos relacionados a pandemia e saúde mental e física, dentre outros temas.
- Rodas de conversas e acolhimento para os estudantes com demandas pertinentes a assuntos relacionados a pandemia e saúde mental e física dentre outros temas.

É relevante ressaltar a disposição da escola em exercer uma função que possui caráter assistencial no que se refere a doação de cestas básicas, mas essa atitude tomada foi eminente dado as circunstâncias presentes no cenário crítico da pandemia da COVID 19, no qual exigiu ações interventivas e emergenciais essenciais para diminuir as dificuldades sociais desencadeadas.

O CEF 28 contou com ações voltadas a atenção a saúde emocional e comportamental dos estudantes, contando com apoio da Orientação Educacional (OE), psicóloga escolar e Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, para trabalhar na garantia das aprendizagens significativas, na intervenção em fragilidades emocionais dos estudantes e intervir, por meio de Projetos, conduzidos pela OE, que cultivem a cultura da paz, administração de sentimentos e ressignificação de contextos. Além disso, a escola é fortalecida pelo projeto da cultura da diagnose, presente na Avaliação formativa, abrange as seguintes questões: 1) Defasagem idade-série; 2) Desempenho escolar; 3) Infrequência ou frequência irregular; 4)

¹⁰ Neste caso, a escola teve a iniciativa de verificar as condições em que cada aluno estava para que pudessem levantar recursos e iniciar o planejamento interventivo.

Repetência; 5) Evasão; 6) Saúde emocional e 7) Segurança. Para isso, é ímpar o trabalho conjunto envolvendo, a Escola, a Família; o Conselho Tutelar; a Unidade Básica de Saúde (UBS) e o Batalhão Escolar da Polícia Militar. (CEF 28, p.19)

A EC 66 conta com parcerias com órgãos de proteção como Conselho Tutelar, PMDF, PCDF e o TJDFT para que haja melhoria nas condições sociais da comunidade, no que inclui a educação e para os estudantes que vivem em uma área “disfuncional”, a escola promove projetos que visem à aproximação de todos os sujeitos com: oficinas lúdicas e de artesanato, de reciclagens de materiais descartáveis, ações sociais promovidas com parcerias de outras instituições e empresários locais.

Ao analisar os enfrentamentos das escolas com a realidade dos alunos, observa-se que a maior adversidade presente dentro das instituições são as questões referentes a repetências, baixa frequência, desistências, e comportamentos dos estudantes, no que leva a evasão escolar motivada pelo contexto social em que a comunidade vive.

A ECPN (Escola Classe P Norte) apresentou dados em relação a retenção e de transferências de estudantes, verificou-se que os dados de distorção idade-ano, em 2022 aproximadamente 12% dos estudantes estavam em atraso escolar de 2 anos ou mais, sendo o maior índice de distorção presente no 3º ano (40% do total dos estudantes em defasagem) e, em seguida, o 5º ano (33% do total dos estudantes em defasagem). Já o CEF 28 identificou na UE os números de estudantes em situação de incompatibilidade idade-ano, no ano de 2023, o 6º ano apresentou 29 alunos, o 7º ano 34 alunos, o 8º ano 31 alunos e o 9º ano com 16 alunos que se encontraram nessa situação.

Os objetivos em comum das quatro Unidades Escolares (ECPN, EC 66, CEF 32 e CEF 28) são voltados a: garantir ao educando vivenciar situações relativas às esferas pessoal; realizar atividades que promovam a socialização entre os estudantes e a comunidade; reduzir os índices de evasão e despertar nos estudantes o apreço pelo ambiente escolar, intervir na frequência irregular e na infrequência; reduzir os índices de repetência escolar (abaixo de 20%); conscientizar a comunidade da importância da família no processo de ensino-aprendizagem e buscar sua participação efetiva durante o desenvolvimento do ano letivo; trabalhar atividades diversificadas e contextualizadas com a sua realidade; conscientizar a comunidade escolar da

realidade de inclusão, respeitando as diferenças; despertar a autoestima do aluno e a percepção de transformar sua realidade e consequentemente seu futuro, com a educação; ademais, o objetivo geral se dá por promover o desenvolvimento integral do estudante, conduzindo-os no processo de aprendizagem a fim de ampliar a capacidade de convivência com a diversidade e a compreensão do cotidiano, analisando o presente como consequência do passado e a preparação para o futuro.

É possível perceber que a função social das escolas está direcionada em algum nível com o enfrentamento da pobreza, mas apenas a escola CEF 28 apresentou ações pedagógicas realizadas para intervir no desenvolvimento dos estudantes, contribuindo no avanço do processo de alfabetização, bem como nas intervenções voltadas para a recuperação das aprendizagens e consolidação daquelas dadas como basilares e funcionais, como por exemplo, o Programa SuperAção (2023) cujo objetivo é: “Reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade-ano matriculados no ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, levando-os ao fluxo escolar com sucesso”. (PPP, CEF 28, p.23).

O CEF 28 busca de forma mais interativa proporcionar o aprendizado global, que desenvolva os quatro pilares da educação (aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a conhecer), por meio de uma educação de qualidade, da permanência do aluno na escola, de ações interventivas (coletivas e individuais), com vistas à garantia de aprendizagem por meio do letramento e da ludicidade, tendo o seu Projeto de Educação Integral orientado pelos referenciais da pedagogia histórico- crítica e da psicologia histórico-social, levando em conta a realidade social dos estudantes. Entende-se aqui que o projeto em sua totalidade considera a realidade social de vulnerabilidade dos alunos.

Já as escolas EC 66, e ECPN tem as suas ações interventivas aplicadas no plano pedagógico de casa série em que os alunos estão inseridos, para que haja o desenvolvimento do aluno nos conteúdos abordados, evitando assim os altos índices de reprovações, semelhantemente o CEF 32 oferece condições aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais de acesso, permanência e atendimento especializado de acordo com a especificidade, favorecendo assim a socialização e a promoção da cidadania; acompanhar a frequência dos alunos e encaminhar casos de infrequência à direção para as devidas providências.

Os aspectos objetivos e subjetivos da pobreza estão presentes na realidade das quatro escolas citadas, onde demonstra a carência dos recursos básicos na comunidade que influencia diretamente no cotidiano escolar dos estudantes, tanto no seu desenvolvimento educacional com relação aos estudos e professores, quanto pessoal, em sua construção como um cidadão.

Como discutido no capítulo 1 (um) sobre a relação da educação e pobreza, uma das vertentes de análise identificada por Yannoulas (2013) compreende a REP como mediação entre as políticas de assistência social e educação. Nesse sentido, as unidades escolares se deparam diariamente com muitas famílias que vivem em situação de pobreza, onde sua fonte de renda provém dos programas sociais do governo, como o PBF. Sendo assim, compreender a escola como instância para intervir nas complicações que emana da pobreza, tendo a educação como instrumento de ação interventiva para propagar a emancipação, a inclusão, a igualdade, e solucionar as adversidades presentes na comunidade, demonstra a precisão de profissionais das áreas como Serviço Social e Psicologia para somar juntamente com outros órgãos nessa construção, a fim de que a escola não perca seu caráter pedagógico.

Os PPP das quatro escolas analisadas, apresentou ideias, ações e projetos em sua estrutura focados não só no ensino e aprendizado dos estudantes, mas também considerando aspectos transversais a pobreza. Por considerar o contexto social das famílias e estudantes como as condições fragilizadas no local de moradia, condições financeiras e relação familiar, é possível inferir que a escola identifica possibilidade de alterar essa realidade, mostrando oportunidades objetivas e subjetivas como a preservação do meio ambiente, desenvolver consciência social e responsabilidade e o respeito aos diferentes grupos sociais. O que não exclui que as dificuldades na implementação dos projetos considerando as parcerias com órgãos públicos como as unidades de saúde, assistência e segurança, que sofrem com a precarização, além das limitações orçamentárias.

3.1 Uma comparativa do Programa Político Pedagógico com a Contribuição do Serviço Social na Educação

Considerando os PPPs das escolas analisadas, onde os professores assumem a função de mediador, intermediando dificuldades e potencialidades, promovendo, o avanço contínuo das aprendizagens dos estudantes, a inserção dos assistentes sociais encontra-se no bojo da garantia e acesso aos direitos sociais, participando de modo preciso no direito da educação para a permanência e acesso dos alunos nas escolas, tendo como objetivo sua formação para o exercício da cidadania, acesso ao trabalho e sua participação na sociedade, podendo também subsidiar na elaboração de projetos pedagógicos.

Tendo já o conhecimento de que a pobreza é uma das expressões mais evidentes da “questão social” que está presente na realidade de muitas famílias, a “questão social” também adquire centralidade no exercício profissional do Serviço Social nas suas múltiplas manifestações, que demandam a atuação dos assistentes sociais, na área da Educação, Saúde, Habitação, Políticas Públicas e Assistência Social.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que afligem o campo educacional no contexto atual, tais como: como a evasão escolar, o desempenho acadêmico abaixo do esperado, e comportamentos que podem indicar dificuldades de adaptação ou conflitos entre os estudantes. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros) pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva. (GEPESS, p.12)

A atuação dos assistentes sociais está conciliada com os objetivos e função social das escolas apresentado nos Programas Políticos Pedagógicos que dispõe sobre o reconhecimento do aspecto social que os alunos estão inseridos. Em conjunto com as equipes pedagógicas, a equipe de Serviço Social juntamente com a de Psicologia poderá realizar projetos e ações interventivas em seus trabalhos multiprofissional, realizando mediações com cada aluno e até mesmo com a família dos mesmos, para que haja assistência e resoluções de acordo com cada adversidade, levando em conta tanto o particular do indivíduo quanto o campo da universalidade que compreende a desigualdade social, questão racial, questões econômicas, entre outros.

Cada PPP das escolas ECPN, EC 66, CEF 32 e CEF 28 descreveram a realidade em que estão instituídas, como o cenário ambiental e social que revela a segurança e lazer da comunidade, até os levantamentos de dados referentes a quantos trabalham, quantos estão em situação de desemprego; situação familiar, se são pais separados ou se os alunos estão por responsabilidades de avós; o grau de alfabetização dos familiares; a situação econômica e de moradia, entre outros fatores que retratam a vulnerabilidade em que vivem. Ao identificar os fatores sociais presentes na comunidade, entende-se que as escolas reconhecem que esses fatores afetam diretamente na educação dos estudantes, assim, infere-se que a construção dos PPPs consideram essas particularidades, ainda que não haja ações focalizadas.

As atividades técnicas profissionais do Serviço Social permitem a elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento dos alunos e sua formação para o exercício da cidadania. É possível dialogar com programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre questões de saúde pública; realização de visitas domiciliares como o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; entre outras funções próprias do exercício profissional.

Além disso, o Serviço Social pode trabalhar diretamente com as organizações existentes, tais como Programas Sociais de Apoio à Família, Programas de Educação Complementar e Conselhos Tutelares, podendo também desenvolver diferentes projetos vinculados à necessidade específicas de cada unidade escolar, como por exemplos projetos que discutem a discriminação de etnias, violência, exploração sexual e a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais.

Em conjunto com as escolas, em que tem suas ações interventivas no campo pedagógico e que conta com apoio de órgãos, da comunidade e das ações governamentais, o Serviço Social ampliaria as práticas, ações e projetos de modo a fortalecer as mediações elaboradas pelas equipes compostas por pedagogos, conselho de classe, psicólogos e assistentes sociais, de modo a assegurar a educação, formação e continuação escolar dos estudantes, além de ações que abrangem a família e a comunidade, incentivando a vida escolar dos estudantes e fortalecimento dos vínculos e da segurança.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou com base em estudos sobre a REP evidenciar seus significados e contraposições e como ela se apresenta no Sol Nascente. Percebe-se que construir uma educação crítica e emancipatória é um grande desafio dado a uma realidade que impossibilita o desenvolvimento do indivíduo em diferentes aspectos, como a alfabetização, seu progresso pessoal, sua perspectiva de vida e suas relações sociais tanto fora da unidade escolar como dentro.

Apresentar o conceito da “questão social” também foi essencial para entender como a pobreza se manifesta dentro da sociedade como consequência do desemprego e que é uma problemática tão presente dentro da sociedade que afeta diretamente a população mais vulnerável. O surgimento das favelas também é indicativo da pobreza concentrada em áreas de longas distâncias com cenário ambiental vulnerabilizado, que dificulta o acesso às redes de proteção básica.

O debate sobre educação e pobreza e sua construção dentro da sociedade podem ser analisados a partir de diferentes perspectivas. Ao considerar as limitações e condicionantes que a pobreza impõe à escolaridade, é possível identificar essas limitações no Sol Nascente, onde a maior parte dos estudantes da região frequenta escolas localizadas na região administrativa de Ceilândia, o que revela desafios relacionados ao trajeto, à distância e às condições de transporte, além de comportar famílias que vivem em desproteção social e fragilidade nas relações familiares. As poucas unidades escolares dentro do Sol Nascente também é um condicionante que limita o acesso e permanência na educação, isso demonstra a defasagem em relação à massa de população presente.

Os programas assistenciais como o Bolsa Família e o Pé de Meia, exemplificados no segundo capítulo, possuem em seu modo operante a transferência de renda que exige a frequência regular dos estudantes para que sejam beneficiários e tenham a sua formação assegurada. O intermédio do Estado através dos programas para garantir o acesso universal à educação e ao mesmo tempo permitir que os estudantes tenham renda para suprir as necessidades que de algum modo impedem de ingressarem ou permanecerem nos estudos, não muda a sua realidade de vulnerabilidade, não garante o seu desenvolvimento intelectual e crítico, não soluciona as desigualdades sociais. Seu papel possui um caráter imediato, para atender as

necessidades mínimas, sem potencialidade concreta de tirar as famílias do ciclo de pobreza.

A autora Yannoulas (2013) destacou em suas temáticas a escolaridade como estratégia das mudanças na estrutura social ou educação formal como antídoto para as desigualdades sociais, foi possível pensar sobre essas duas vertentes na análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, pelo fato de cada projeto ter a iniciativa de fazer um diagnóstico social em que as unidades escolares se encontram.

Esse diagnóstico social retrata o cenário ambiental em que a comunidade vive, como a falta de infraestrutura, transporte, as dificuldades de acesso, descreve a característica populacional de quantos trabalham ou são beneficiários dos programas governamentais, as faixas etárias de idade, os grupos familiares, a relação dos pais em ser presentes no desenvolvimento dos filhos, entre outros pontos essenciais que apresentam causas que impedem o progresso dos estudantes em relação aos conteúdos didáticos e que também afeta seus comportamentos que possa motivar a repetência ou desistência dos estudos.

Pontuar essas contingências demonstra a preocupação das escolas em prover mediações pedagógicas para que haja melhoria tanto no ingresso, frequência e permanência dos estudantes, quanto na participação da comunidade nas práticas pedagógicas dos estudantes e fortalecimento do vínculo entre a família e escola.

Em suma, ressaltar o Serviço Social como instância para as mediações pensadas e construídas nos PPP é relevante por se tratar de uma profissão que tem como centralidade em seu exercício a “questão social” e suas múltiplas expressões, resultantes do sistema capitalista e que exige, ainda que de forma limitada, o seu atendimento por meio das políticas sociais, no que inclui a política de educação.

Como moradora do Sol Nascente, estudante de escola Pública e futura Assistente Social, a relação entre Educação e Pobreza é uma vivência diária, não só minha, mas de muitos. E poder construir uma visão crítica em uma realidade que eu mesma estou inserida, é esperançoso e animador em saber que na minha área de estudo essa temática pode ser pesquisada para que haja possíveis soluções futuramente, além ter a possibilidade de atuar na educação juntamente com outros profissionais, não só educadores, mas também das redes de proteção, para que haja mais fortalecimento no acesso e permanência dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. MEC divulga pesquisa sobre desigualdade racial na educação. Gov.br, jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-divulga-pesquisa-sobre-desigualdade-racial-na-educacao>.

CAMARGO, Julio. Mulheres do Sol Nascente, no DF, denunciam falta de transporte escolar e infraestrutura. Brasília, DF, jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/16/mulheres-do-sol-nascente-no-df-denunciam-falta-de-transporte-escolar-e-infraestrutura/>.

CENTRO EDUCACIONAL FUNDAMENTAL 28. Projeto Político Pedagógico. Ceilândia: CEF28, 2023.

CODEPLAN. EVASÃO escolar no DF: Uma Análise De Alternativas Possíveis. Síntese De Evidências. CODEPLAN: Brasília-DF, 2020.

CODEPLAN. Notas Sol Nascente: Versão compacta. Brasília: Codeplan, 2019. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/NT_Sol_Nascente_Por_do_Sol-compactado.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital Por Amostra De Domicílios. Relatório CODEPLAN: Sol Nascente/Pôr do Sol. Codeplan: Brasília, 2021.

DA SILVA, L. L. S.; ROLIM, M. H. D.; DA SILVA, L. P. Análise Da Vulnerabilidade Social na Região Administrativa Sol Nascente/Pôr do Sol Baseada em Dados do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal no Ano De 2018. Revista Análise Econômica E Políticas Públicas - RAEPP, v. 1, n. 02, p. 55–76, 2021.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

ESCOLA CLASSE 32 DE CEILÂNDIA. Projeto Político Pedagógico. Ceilândia: EC 32, 2023.

ESCOLA CLASSE 66 DE CEILÂNDIA. Projeto Político Pedagógico. Ceilândia: EC 66, 2023.

ESCOLA CLASSE DO SETOR P. NORTE CEILÂNDIA. Projeto Político Pedagógico. Ceilândia: ECPN, abr. 2023.

FARIAS, J.; MONTES, H. Sol Nascente: Censo 2022 em uma das maiores favelas do país. Censo 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35253-sol-nascente-censo-2022-em-uma-das-maiores-favelas-do-pais>.

FRANCO, M. Equipe do Dicionário de Favelas. Favela Sol Nascente. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Favela_Sol_Nascente.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO. Serviço Social na Educação. CFESS. Brasília/DF. 2001.

GOV. Transferência de Renda. Bolsa Família tem 30% do público beneficiário de crianças até 11 anos. Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-tem-30-do-publico-beneficiario-de-criancas-ate-11-anos>.

PAIM, N. N. Percursos Infantis No Sol Nascente (DF): Narrativas Sobre o Território. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, 2019.

PINELLI, Laís Vieira. Política educacional e pobreza: análise crítica sobre o Plano Distrital de Educação. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Josiane Soares. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Pé de Meia. Gov.br, fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>.

SILVA, Lucilia Carvalho da. REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO: EDUCAÇÃO E POBREZA. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias, v. 03, n. 1, p. 106 -116 jan.-jun. 2016.

YANNOULAS, S. C. (org.). Política Educacional e Pobreza. Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber livro, 2013.

YANNOULAS, S. C. (org.). Política Educacional e Pobreza. Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. In: Lavinhas, Lena. Os pobres, necessitados e bolsistas: compreender a REP pelo prisma da pobreza. Brasília: Liber livro, 2013, p. 42-49.

YANNOULAS, S. C. (org.). Política Educacional e Pobreza. Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. In: TOWSEND, Peter. Os pobres, necessitados e bolsistas: compreender a REP pelo prisma da pobreza. Brasília: Liber livro, 2013, p. 42-49.

YANNOULAS, S. C. (org.). Política Educacional e Pobreza. Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. In: KERSTENETZKY, Celia Lessa. Os pobres, necessitados e bolsistas: compreender a REP pelo prisma da pobreza. Brasília: Liber livro, 2013, p. 42-49.

APÊNDICE A - Quadro Comparativo Dos PPPs

Trechos dos PPPs com recortes sobre REP		
PPP	Diagnóstico da realidade	Objetivos/Função Social
ECPN	- Referente à escolaridade da população do Sol Nascente, 42,64% da população não tem o Ensino Médio completo e 10,67% têm Ensino Superior completo (PDAD, 2018) - Carece de melhorias na cobertura da rede de esgoto e na coleta seletiva do lixo. - É um setor considerado de alta vulnerabilidade social, apresentando índice de 0,6 de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social divulgado pela Codeplan. - A estrutura física e a invasão dos espaços circunvizinhos não permitem a ampliação da escola na medida necessária para atender à grande procura por vaga da comunidade. - A infraestrutura tem melhorado as condições de vida dos moradores do Sol Nascente: pavimentação de algumas ruas, saneamento básico em expansão, comércio em desenvolvimento. Necessita ainda da presença de órgãos representantes do Estado para atendimento à comunidade. Dessa forma, a comunidade na qual a escola está inserida necessita de atenção especial por parte dos	Contribuição para o desenvolvimento pedagógico e social de sua comunidade. Portanto, visa oportunizar a construção do conhecimento com vistas à ressignificação deste na vida cotidiana dos/as educandos/as, trabalhar para formar cidadãos emancipados, conscientes, críticos e participativos na sociedade em que estão inseridos, e reduzir as desigualdades educacionais, incorporando os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão social. Objetivo Geral Promover o desenvolvimento integral do estudante, para garantir aquisição de mudanças conceituais e comportamentais no educando e cumprindo com a função social da escola. Objetivos Específicos - Proporcionar momentos para o desenvolvimento de habilidades de interação social, comunicação e respeito; - Oportunizar, ao educando, atividades para a promoção do autoconhecimento e autocuidado; - Garantir ao educando vivenciar situações relativas às esferas pessoal e social;

Trechos dos PPPs com recortes sobre REP		
	governantes e auxílio por meio de programas sociais específicos, com o propósito de atendimento às necessidades básicas dos indivíduos. • Outro fator relevante para tal quadro constitui negligência familiar, em que algumas famílias não acompanham a vida escolar da criança e conseqüentemente isso gera a infrequência ou comportamentos inadequados no ambiente escolar	• Tornar a escola mais atrativa, interessante e estimulante aos estudantes; • Adequar o espaço escolar às pessoas com deficiência; • Realizar atividades que promovam a socialização entre os estudantes e a comunidade
EC 66	• Segundo pesquisa realizada pela CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) em 2013, os estudantes atendidos nesta instituição ainda são provenientes de uma comunidade de baixa renda, autônomos, trabalhadores assalariados do comércio, construção civil serviços gerais, que dependem da ajuda de programas sociais do governo. • Não existem quadras esportivas, nem campos de futebol ou outros espaços de lazer como praças públicas com brinquedos infantis, cinema, teatro, clubes. Por essa razão, sendo a Escola Classe 66, a única representação do Estado nesta região	• ações voltadas à melhoria do ensino nesta instituição, considerando a realidade na qual as crianças estão inseridas, bem como a de suas famílias. • O maior desafio a ser conquistado é a efetivação desta parceria (Escola e Família), visando um melhor acompanhamento e possíveis intervenções, nos aspectos referentes ao desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Objetivo Geral: • Firmar-se como uma escola pública de qualidade de ensino, visando servir com excelência por meio da educação, tendo como principal objetivo a formação de cidadãos criativos, críticos, responsáveis e que valorizem a democracia, a verdade, o respeito e a solidariedade. Objetivos Específicos:

Trechos dos PPPs com recortes sobre REP		
		• Despertar a autoestima do aluno e a percepção de transformar sua realidade e consequentemente seu futuro, com a educação; • Despertar no aluno a criticidade, a responsabilidade e o compromisso com a sua educação; desenvolver o interesse pela leitura e escrita e a partir disso, também ter compreensão e atuação no contexto em que vive • Trabalhar atividades diversificadas e contextualizadas com a sua realidade; • Trabalhar atividades diversificadas e contextualizadas com a sua realidade; • Propiciar a integração do grupo para o favorecimento de trocas e a boa convivência no espaço escolar; • Propiciar a integração do grupo para o favorecimento de trocas e a boa convivência no espaço escolar; • Conscientizar a comunidade escolar da realidade de inclusão, respeitando as diferenças;
CEF 32	• Tem por característica principal o caráter de vulnerabilidade - menor frequência escolar, renda e piores condições de esgotamento sanitário, coleta de lixo e infraestrutura urbana, que a difere da RA vizinha, Ceilândia, de acordo com pesquisa realizada pela Companhia de	OBJETIVO GERAL Atender crianças matriculadas na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e Anos Finais oferecendo a educação pública de qualidade como essencial para a estimulação da inteligência e desenvolvimento da capacidade e de habilidades, conduzindo-as no processo de aprendizagem a fim de ampliar a capacidade de convivência com a diversidade e a compreensão do cotidiano,

Trechos dos PPPs com recortes sobre REP		
	Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) em 2019, página 9. • A ausência de serviços públicos essenciais na região gera falta de saneamento, de atendimento médico e segurança. A falta de planejamento urbano faz com que suas ruas excessivamente estreitas dificultem o acesso de caminhões de coleta de lixo e ônibus. • O fluxo migratório é intenso no setor e as famílias mudam-se com muita frequência, interrompendo o ritmo dos estudos das crianças e adolescentes matriculadas no CEF 32.	analisando o presente como consequência do passado e a preparação para o futuro. OBJETIVOS ESPECÍFICOS • Reduzir os índices de evasão e despertar nos estudantes o apreço pelo ambiente escolar. • Revitalizar e cuidar do Meio Ambiente Escolar, com ênfase no paisagismo, na ergonomia e na ecologia humana, iniciar o projeto horta. • Promover, apoiar e incentivar a participação dos estudantes dos anos finais nos conselhos participativos. • Trabalhar a autoestima dos alunos por meio de projetos específicos. • Despertar o prazer pela leitura, desenvolvendo o autodidatismo e a autonomia dos estudantes.
CEF 28	• O CEF 28 de Ceilândia encontra-se situado na QNP 21, em uma Área Especial, na fronteira entre o P Norte e o Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho III, do Distrito Federal. Trata-se de uma região periférica de Ceilândia Norte, formada por loteamentos em fase de regularização. • Em sua maioria, os estudantes dessa UE advêm de um contexto familiar frágil. À medida que se deu o andamento nos encaminhamentos dos conselhos de classe, de 2016 até 2021, foi possível perceber famílias em circunstância de fragilidade, em situação de violência	• CEF 28 passou a investir em Formação Continuada, a fim de fomentar o entendimento voltado para a avaliação formativa, para as ações interventivas e para a recuperação continuada. Objetivo Geral O objetivo institucional do CEF 28 é: Proporcionar o aprendizado global, que desenvolva os quatro pilares da educação (aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a conhecer), por meio de uma educação de qualidade, da permanência do aluno na escola, de ações interventivas (coletivas e individuais), com

Trechos dos PPPs com recortes sobre REP		
	doméstica e severa dificuldade econômica. • O provento dos recursos básicos: moradia, alimentação, segurança e saúde é, em muitos casos, uma difícil missão. Logo, não é incomum observar baixa no rendimento dos estudantes, desinteresse, infrequência e abandono. • Defasagem idade-ano (em índice inferior ao de 2018, devido às turmas de correção de fluxo); baixo rendimento (carência de conhecimentos prévios, desinteresse); infrequência; abandono; alunos em fase de alfabetização nos Anos Finais; necessidades de saberes para acompanhar o sugerido pelo Currículo; falta de acompanhamento adequado por parte da família; carência social, econômica e afetiva; desinteresse da parte do estudante; comportamento inadequado (conversa excessiva, falta de respeito com o colega e com o professor, dificuldade de atender orientações e negligência para com o Contrato pedagógico baseado no Regimento da SEEDF e nas Normas internas do CEF 28); presença e influência de “gangues” e usuários de drogas lícitas e ilícitas no contexto escolar.	vistas à garantia de aprendizagem por meio do letramento e da ludicidade. Objetivos Específicos • Ofertar saberes, garantindo o conhecimento por meio das estratégias previstas pelo 3º Ciclo para as aprendizagens; • Otimizar os resultados obtidos na última edição do SAEB; intervir na frequência irregular e na infrequência; • Reduzir a evasão escolar; • Reduzir os índices de repetência escolar (abaixo de 20%); • Promover momentos para trabalhar a baixa autoestima de alunos e professores; • Resgatar valores de cidadania, atitudes de solidariedade, cooperação e respeito; • Valorizar o aluno como foco do processo educacional; • Conscientizar a comunidade da importância da família no processo de ensino- aprendizagem e buscar sua participação efetiva durante o desenvolvimento do ano letivo; • Desenvolver projetos interdisciplinares e eventos educativos que favoreçam o aprendizado dos alunos e a formação cidadã; • Desenvolver ações que ofereçam conhecimentos e adequações curriculares aos alunos que

Trechos dos PPPs com recortes sobre REP		
		apresentam déficit de saberes prévios para acompanhar o ano em que está inserido (reagrupamento, reforço, projeto interventivo, recuperação contínua/paralela); • Implantar o Laboratório Multidisciplinar para a realização de aulas práticas e a utilização do mesmo como espaço lúdico durante os intervalos;

APÊNDICE B - Roteiro De Análise Dos PPPs

1. De qual forma a pobreza é tratada nos documentos? Quais são os termos usados para caracterizar pobreza: vulnerabilidade, desigualdade, periferia, carência, etc.
2. Os desafios enfrentados da escola estão associados a pobreza? Como eles abordam isso?
3. A escola é vista como uma forma de lidar com a pobreza? Viabiliza alimentação, ou lazer, fortalecimento de vínculos familiares?
4. A função social da escola está associada ao enfrentamento da pobreza?
5. Se a escola possui parceria com outras instituições que lidam com a questão social?
6. A escola considera a pobreza e/ou termos correlatos no desenvolvimento das práticas pedagógicas? Há iniciativas específicas de apoio aos alunos mais pobres?
7. Considerando as perguntas anteriores, a escola considera a pobreza no desenvolvimento do projeto ético político da escola?